



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

# CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS-PR

RESOLUÇÃO EDITALÍCIA - Nº 002/2023

## CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR (NÍVEL MÉDIO)

Conhecimentos Específicos: 01 a 25.

### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-respostas.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-respostas.

### Identificação do candidato

Nome	Nº do Documento

### GABARITO

Preencha suas respostas no quadro abaixo e destaque na linha pontilhada.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					

Divulgação do Gabarito Preliminar 1 dia útil após a aplicação da prova.

## QUESTÕES DE 01 A 25 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. O Art. 15 da Lei nº 8.069/1990 discorre sobre os direitos da criança e do adolescente, estes possuem direitos como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Assinale a alternativa que representa os direitos da criança e do adolescente de acordo com o Art. 15 da Lei nº 8.069/1990.

- a) À honra, ao respeito e a fraternidade.
- b) À liberdade, ao respeito e à dignidade.
- c) À liberdade, à dignidade e à família.
- d) À família, a honra e a dignidade.

---

02. O Art. 52 da Lei nº 12.594/2012 descreve que o cumprimento das medidas socioeducativas, destinadas a adolescente que pratique ato infracional, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de PIA, instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente. Assinale a alternativa que representa a definição CORRETA da sigla PIA.

- a) Plano interestadual de atendimento.
- b) Planejamento individualizado ao atendimento.
- c) Plano individual de aprendizagem.
- d) Plano individual de atendimento.

---

03. As orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes Lei nº 10.097/2000 traz em seu texto alguns princípios, sendo eles: Excepcionalidade do afastamento do convívio familiar; Provisoriedade do afastamento do convívio familiar; Preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Garantia de acesso e respeito à diversidade e não discriminação; Oferta de atendimento personalizado e individualizado; Garantia de liberdade de crença e religião; e Respeito à autonomia da criança, do adolescente e do jovem. Sabendo disso assinale a alternativa que representa o conceito de “Provisoriedade do afastamento do convívio familiar” de acordo com a Lei nº 10.097/2000.

- a) Quando o afastamento do convívio familiar for a medida mais adequada para se garantir a proteção da criança e do adolescente em determinado momento, esforços devem ser empreendidos para viabilizar, no menor tempo possível, o retorno ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta.
- b) Todos os esforços deverão ser empreendidos no sentido de manter o convívio da criança e do adolescente com sua família de origem (nuclear ou extensa) e garantir que seu afastamento do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas naqueles casos em que a situação representar grave risco a sua integridade física e psíquica.
- c) Todos os esforços deverão ser empreendidos para preservar e fortalecer vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento. Esses vínculos são fundamentais, nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer à criança e ao adolescente condições para um desenvolvimento saudável que favoreça a formação de sua identidade e constituição como sujeito e cidadão.
- d) A organização dos serviços deverá garantir que nenhuma criança ou adolescente que precise de acolhimento ficará sem atendimento. Devem ser combatidas quaisquer formas de discriminação às crianças e aos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento, bem como suas famílias de origem, baseadas em condição sócio-econômica, arranjo familiar, etnia, religião, gênero, orientação sexual, presença de deficiência, presença de HIV/Aids ou outras necessidades específicas de saúde.

---

04. O Art. 56 da Lei nº 8.069/1990 relata em seus incisos que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar alguns casos. Assinale a alternativa que representa quais são os casos que os dirigentes comunicarão ao Conselho Tutelar de acordo com Art. 56 da Lei nº 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) I - maus-tratos envolvendo os alunos e os pais; II - falta de respeito em demasia com os professores; e III - elevados níveis de repetência.
- b) I - maus-tratos envolvendo seus alunos; II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; e III - elevados níveis de repetência.
- c) I - maus-tratos envolvendo seus alunos; II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; e III - envolvimento em conflitos com frequência.
- d) I - mau comportamento no ambiente escolar; II - alto nível de absenteísmo; e III - dificuldade de aprendizado.

05. De acordo com o Art. 17 da Lei nº 12.594/2012 para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação, além dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento, é necessário outros. Assinale a alternativa que representa os requisitos necessários para o exercício da função de dirigente de acordo com os incisos do Art. 17 da Lei nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

- a) I - formação de nível superior compatível com a natureza da função; II - comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 2 (dois) anos; e III - reputação ilibada.
- b) I - formação de nível superior compatível com a natureza da função; II - comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 4 (quatro) anos; e III - reputação ilibada.
- c) I - formação de nível médio compatível com a natureza da função; II - comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 4 (quatro) anos; e III - reputação de respeito.
- d) I - formação de nível superior, mínimo de pós-graduação; II - comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 4 (quatro) anos; e III - reputação ilibada.

---

06. De acordo com o Art. 4º da Lei municipal 16/90 que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente e cria o conselho municipal, fundo municipal e conselho(s) tutelar dos direitos da criança e do adolescente, a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através de algumas estruturas. Assinale a alternativa que representa as estruturas responsáveis por garantir esse atendimento dos direitos da criança e adolescente de acordo com o Art. 4º da Lei municipal 16/90.

- a) I. Conselho e fundo estadual dos direitos da criança e de adolescente; II. Congresso tutelar dos direitos da criança e do adolescente.
- b) I. Conselho municipal; II. Senado do município.
- c) I. Grupo municipal do adolescente; II. Congresso municipal dos direitos da criança e do adolescente.
- d) I. Conselho e fundo municipal dos direitos da criança e de adolescente; II. Conselho tutelar dos direitos da criança e do adolescente.

---

07. O Art. 7º da Lei municipal 16/90 descreve por quantos membros serão formados o conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente. Assinale a alternativa que representa a quantidade CORRETA de membros descrita para formação do conselho de acordo com o Art. 7º da Lei municipal 16/90.

- a) Formado por 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes.
- b) Formado por 8 (oito) membros titulares e 8 (oito) membros suplentes.
- c) Formado por 10 (dez) membros titulares e 10 (dez) membros suplentes.
- d) Formado por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes.

---

08. A seção IV da Lei municipal 16/90 trata sobre o mandato dos conselheiros e em seu Art. 10 estabelece que os conselheiros terão um mandato por um determinado período. Assinale a alternativa que representa o período que fica estabelecido o mandato dos conselheiros de acordo com o Art. 10 da Lei municipal 16/90.

- a) Os conselheiros terão um mandato de 02 (dois) anos.
- b) Os conselheiros terão um mandato de 04 (quatro) anos.
- c) Os conselheiros terão um mandato de tempo indeterminado.
- d) Os conselheiros terão um mandato de 05 (cinco) anos.

---

09. Assinale a alternativa que representa o que os Estados Partes deverão fazer, de acordo com o inciso II do Art. 8º da referida Declaração Universal, quando uma criança for privada ilegalmente de algum ou de todos os elementos que configuram sua identidade.

- a) Prestar suporte aos órgãos reguladores responsáveis por identificação e cadastramento.
- b) Prestar a assistência e a proteção adequadas, visando restabelecer rapidamente sua identidade.
- c) Prestar a assistência imediata para recuperar a sua identidade.
- d) Prestar apoio a família que é responsável por identificar o filho.

---

10. De acordo com o inciso I do Art. 3º da Declaração Universal dos Direitos da Criança, todas as ações relativas à criança, sejam elas levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de assistência social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente a um determinado interesse. Assinale a alternativa que representa este interesse de acordo com o inciso I do Art. 3º Declaração Universal dos Direitos da Criança - Adotada pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil.

- a) O melhor interesse do estado.
- b) O melhor interesse da criança.
- c) O melhor interesse da família.
- d) O melhor interesse da sociedade.

---

11. O Art. 46 da Lei nº 12.594/2012, descreve que a medida socioeducativa será declarada extinta em alguns aspectos. Assinale a alternativa que representa dois incisos do Art. 46 da referida Lei que prevê quando a medida socioeducativa será extinta.

- a) I - Pela condição de doença grave, que torne o adolescente incapaz de submeter-se ao cumprimento da medida; e II - Devido ao interesse dos familiares.
- b) I - Pela morte do adolescente; e II - Pelo interesse econômico.
- c) I - Pelo interesse econômico; e II - Pelo término do prazo.
- d) I - Pela morte do adolescente; e II - Pela realização de sua finalidade.

---

12. O Título II da Lei nº 8069/1990 trata das medidas de proteção e em seu Art. 98 relata que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados. Assinale a alternativa que representa os incisos do referido artigo e Lei que descreve por onde ou quem a criança e o adolescente podem ter seus direitos ameaçados.

- a) I - Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e III - Em razão de sua conduta.
- b) I - Por ação da sociedade ou Governo; II - Por abuso sexual por parte de um dos pais ou responsável; e III - Em razão de sua atividade e conduta.
- c) I - Por ação de calamidade pública; II - Por intervenção em estado de guerra; e III - Em razão de falta de cuidado dos pais.
- d) I - Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e III - Em razão de perigo eminente.

---

13. O capítulo V trata da avaliação e acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo e em seu Art. 18 relata que a União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, realizará avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo. Assinale a alternativa que representa o período no qual será realizada as avaliações de acordo com Art. 18 da Lei nº 12.594/2012.

- a) De 4 (quatro) em 4 (quatro) anos.
- b) Em intervalos não superiores a 3 (três) anos.
- c) De 6 (seis) em 6 (seis) meses.
- d) Em intervalos não superiores a 2 (dois) anos.

---

14. O Art. 21 da Lei municipal 16/90, descreve sobre os requisitos para candidatar-se e exercer as funções de Membro do Conselho Tutelar. Assinale a alternativa que representa dois destes requisitos.

- a) I - Reconhecida idoneidade moral; e II - Idade superior a 21 anos.
- b) I - Curso Básico de Informática; e II - Carteira de Habilitação Categoria C.
- c) I - Residir no Município, pelo período mínimo de 02 (dois) anos; e II - Ensino Médio completo.
- d) I - Possuir conduta ilibada; e II - Não possuir antecedentes criminais.

---

15. O inciso III do Art. 38 da Declaração Universal dos Direitos da Criança - adotada pela Assembleia das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil, discorre em seu texto que os Estados Partes devem abster-se de recrutar menores de certa idade para servir em suas forças armadas. Assinale a alternativa que representa a idade para qual os Estados Partes devem abster-se de recrutar para servir em suas forças armadas.

- a) Devem abster-se de recrutar menores de 15 (quinze) anos de idade.
- b) Devem abster-se de recrutar menores de 16 (dezesesseis) anos de idade.
- c) Devem abster-se de recrutar menores de 17 (dezessete) anos de idade.
- d) Devem abster-se de recrutar menores de 18 (dezoito) anos de idade.

---

16. Assinale a alternativa que representa qual o prazo máximo que deverão ser reavaliadas as medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação de acordo com o Art. 42 da Lei nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

- a) As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 6 (seis) meses.
- b) As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 4 (quatro) meses.
- c) As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 8 (oito) meses.
- d) As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 12 (doze) meses.

---

17. Assinale a alternativa que representa as condições no qual o trabalho ao adolescente é vedado de acordo com os incisos do Art. 67 da Lei nº 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) I - matutino, realizado entre o horário da manhã com início às 6 horas da manhã; II - de alto risco a vida e ou integridade física; III - laborado em locais insalubres; e IV - laborado em locais que tenham uma má qualidade de vida no trabalho e não permita o seu desenvolvimento.
- b) I - vespertino, realizado após o seu horário de aula; II - de alta complexidade no qual ele não tenha condições de realizar as tarefas; III - laborado em locais com alta pressão física e mental; e IV - laborado em ambiente que não o possibilite crescimento pessoal e profissional.
- c) I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; e IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
- d) I - noturno, realizado entre as vinte e três horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; II - perigoso ou insalubre; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação; e IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

---

18. De acordo com § 1º do Art. 25 da Lei municipal 16/90 assinale a alternativa que representa qual será o subsídio devido a cada Conselheiro Tutelar em exercício.

- a) Corresponderá a 1,30 sobre o salário mínimo nacional vigente.
- b) Corresponderá a 1,50 sobre o salário mínimo nacional vigente.
- c) Corresponderá a 1,80 sobre o salário mínimo nacional vigente.
- d) Corresponderá a 2,10 sobre o salário mínimo nacional vigente.

---

19. O Art. 26 da Lei municipal 16/90 trata sobre a perda do mandato e dos impedimentos dos conselheiros e em seu § 1º relata que o conselheiro perderá o seu mandato por faltar injustificadamente. Assinale a alternativa que representa a quantidade de dias necessários de faltas injustificadas para que o conselheiro perca o seu mandato.

- a) Perderá o mandato o Conselheiro que faltar injustificadamente durante 10 (dez) dias consecutivos ou 20 (vinte) alternados, no período de 30 (trinta) dias.
- b) Perderá o mandato o Conselheiro que faltar injustificadamente durante 5 (cinco) dias consecutivos ou 10 (dez) alternados, no período de 30 (trinta) dias.
- c) Perderá o mandato o Conselheiro que faltar injustificadamente durante 5 (cinco) dias consecutivos ou 10 (dez) alternados, no período de 60 (sessenta) dias.
- d) Perderá o mandato o Conselheiro que faltar injustificadamente durante 10 (dez) dias consecutivos ou 20 (vinte) alternados, no período de 60 (sessenta) dias.

---

20. O título III da Lei nº 8.069/1990 trata da prática de ato infracional e considera-se como ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, também é descrito no Capítulo II deste título que nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Sabendo disso e que o Art. 108 da referida Lei prevê o prazo para a internação, antes da sentença, assinale a alternativa que representa este prazo, conforme descrito no Art. 108 da Lei nº 8.069/1990.

- a) Pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.
- b) Pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- c) Pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- d) Pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

21. De acordo com o Art. 10 da Lei nº 8.069/1990 os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, por um determinado prazo. Assinale a alternativa que representa este prazo de acordo com o inciso I do Art. 10 da Convenção sobre os Direitos da Criança - Lei nº 8.069/1990 e alterações que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

- a) Deverá manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 (dezoito) anos.
- b) Deverá manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 12 (doze) anos.
- c) Deverá manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 10 (dez) anos.
- d) Deverá manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 8 (oito) anos.

---

22. Assinale a alternativa que representa o Art. 25 da Lei nº 8.069/1990 que estabelece o conceito de família natural.

- a) A comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- b) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça.
- c) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- d) A comunidade formada pelos pais e filhos de qualquer sexualidade, independentemente da condição financeira e parental.

---

23. O princípio da provisoriedade do afastamento do convívio familiar descrito nas orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes Lei nº 10.097/2000 estabelece o prazo para o acolhimento emergencial, acolhimento de curta permanência, o acolhimento de média permanência e o acolhimento de longa permanência. Assinale a alternativa que representa os respectivos prazos.

- a) I - Acolhimento emergencial: até um mês; II - Acolhimento de curta permanência: até quatro meses; III - Acolhimento de média permanência: até um ano; e IV - Acolhimento de longa permanência: superior a um ano.
- b) I - Acolhimento emergencial: até dois meses; II - Acolhimento de curta permanência: até seis meses; III - Acolhimento de média permanência: até três anos; e IV - Acolhimento de longa permanência: superior a três anos.
- c) I - Acolhimento emergencial: até um mês; II - Acolhimento de curta permanência: até seis meses; III - Acolhimento de média permanência: até dois anos; e IV - Acolhimento de longa permanência: superior a dois anos.
- d) I - Acolhimento emergencial: até dois meses; II - Acolhimento de curta permanência: até oito meses; III - Acolhimento de média permanência: até dezoito meses; e IV - Acolhimento de longa permanência: superior a dezoito meses.

---

24. O capítulo V da Lei nº 8.069/1990 trata do direito à profissionalização e à proteção no trabalho e em seu Art. 60 discorre sobre a proibição e a idade mínima no qual o adolescente pode trabalhar. Assinale a alternativa que representa CORRETAMENTE a descrição do referido artigo.

- a) É proibido qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- b) É proibido qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos de idade, salvo na condição de estagiário.
- c) É proibido qualquer trabalho a menores de 18 (dezoito) anos de idade, salvo na condição de aprendiz e estagiário.
- d) É proibido qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

---

25. Assinale a alternativa que representa para que as informações produzidas a partir do Sistema Nacional de Informações sobre Atendimento Socioeducativo serão utilizadas, de acordo com o Art. 27 da Lei nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

- a) Para subsidiar a avaliação, o acompanhamento e o controle.
- b) Para subsidiar o acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização dos órgãos integrados.
- c) Para subsidiar a gestão, o monitoramento, a gestão e o financiamento dos sistemas integrados.
- d) Para subsidiar a avaliação, o acompanhamento, a gestão e o financiamento dos sistemas nacional, distrital, estaduais e municipais de atendimento socioeducativo.